

“Quem falou em inferno?”: Uma análise do discurso sobre a heresia de Rob Bell

Daniel Dantas Lemos¹

RESUMO

Este artigo analisa o discurso acerca de hereges e rebeldes no ambiente do protestantismo evangélico brasileiro a partir da repercussão da obra do pastor norte-americano Rob Bell no Brasil. Para tanto, seleciona como corpus de pesquisa uma entrevista concedida por Bell à revista *Veja* e sua repercussão junto a blogueiros evangélicos quando do lançamento de sua obra “O amor vence”, em 2012, concluindo que quando Rob Bell decide expor ideias sobre o inferno que não se baseiam nem na autoridade da Igreja, nem em sua teologia ou tradição, adota um sentido sobre a questão que não se qualifica como legítimo ou literal. Consequentemente, a instituição deve lhe identificar como herege e desqualificá-lo junto ao seu potencial público leitor. Dessa maneira, o artigo busca entender os mecanismos de exclusão embutidos na sua classificação como hereje, bem como compreender como funcionam esses mecanismos através da análise de um caso concreto e atual.

PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso. Discurso religioso. Literalidade.

¹ Daniel Dantas Lemos, bacharel em comunicação social/jornalismo (2000), mestre (2006) e doutor (2012) em Estudos da Linguagem pela UFRN, é docente do curso de jornalismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). danieldantas79@uol.com.br

ABSTRACT

This paper analyses the discourse on heretics and rebels in the Brazilian Evangelical Protestantism environment has as reference the impact of Rob Bell's books in Brazil. In order to do that, it was selected as corpus of research an interview by Bell to *Veja* magazine and its impact in the evangelical bloggers when the book "Love Wins" was delivered in 2012. When Rob Bell decided to expose ideas about hell not based neither in the Church's authority nor in their theology or tradition, he adopts a meaning on the issue that doesn't qualify as legitimate or literal. Consequently the institution must identify him as a heretic and disqualify him for his potential audience reader. In this way, the paper seeks to understand both the mechanisms of exclusion present in his classification as heretic and how to work these mechanisms through the analysis of a concrete and current case.

KEYWORDS

Discourse Analysis. Religious Discourse. Literalness.

Introdução

As igrejas cristãs, inclusive brasileiras, são campo de divergências teológicas que ocultam as disputas de poder e as diferenças ideológicas. Esse conflito se manifesta na forma de exclusão do discurso a partir da classificação e rotulagem de pensamentos divergentes, em especial aqueles que ameaçam a manutenção das relações de poder nas instituições religiosas, como subversivos e hereges. Neste sentido, posturas teológicas como as defendidas pelo pastor norte-americano Rob Bell passam a ser vistas como ameaças institucionais às organizações religiosas tradicionais – e na construção discursiva polêmica contra Bell, os enunciados se disponham no formato de discurso religioso, como se isentando da possibilidade de manifestarem interesses políticos ou ameaças de poder. Assim, sublima-se o caráter autoritário do discurso das religiões. Este artigo propõe-se a realizar uma análise do discurso acerca de hereges e rebeldes no ambiente do protestantismo evangélico brasileiro, a partir da repercussão da obra do pastor norte-americano Rob Bell. Para tanto,

selecionou como corpus entrevista concedida por Bell à revista *Veja* e sua repercussão junto a blogueiros evangélicos quando do lançamento de sua obra “O amor vence”².

A Análise do Discurso procura esclarecer os condicionamentos provocados pela Ideologia na recepção de uma formação discursiva e suas manifestações textuais. Em que medida um sujeito, diante da manifestação de um discurso, faria, então, uma interpretação realmente “livre”? Até que ponto o sujeito é “achatado”, enquanto o texto é “domesticado”?³ No âmbito da religião e de sua manifestação discursiva institucional esse processo parece nítido. Nosso trabalho buscará analisar como isso dá especialmente no ambiente protestante brasileiro contemporâneo, bem como no processo, indivíduos e idéias têm sido excluídos como subversivos e hereges.

1. Ideologia e formação discursiva

Ideologia é um conjunto de representações que “servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens”. É, assim, na visão marxista uma “falsa consciência”⁴. Cada classe tem sua própria ideologia em uma formação social. E cada uma dessas ideologias tem a sua própria formação discursiva⁵. Desse modo, cada sujeito, ligado que é a uma classe, identifica-se com uma determinada posição de sujeito, comprometida a uma dessas possíveis formações discursivas. Ao mesmo tempo, põe-se em tensão em relação às demais posições de sujeitos, ligadas a outras das formações discursivas (ideológicas) da sociedade⁶.

Dessa maneira, a discursivização acontece não no indivíduo. O “indivíduo não pensa e não fala o que quer, mas o que a realidade impõe

² BELL, R. *O amor vence*. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

³ ORLANDI, E. P. “O inteligível, o interpretável e o compreensível”. In: ZILBERMAN, R. & SILVA, E. T.. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988, p. 70.

⁴ FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 28.

⁵ FIORIN, 2001, p. 29.

⁶ INDURSKY, F. “A prática discursiva da leitura”: In: ORLANDI, E. P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas/SP: Pontes, 1998, p. 190.

que ele pense e fale”⁷. Ele, em verdade, é um sujeito assujeitado, tendo a “ilusão de ser a origem do que diz”⁸.

A construção de sentidos sobre os enunciados e discursos está condicionada à formação discursiva da qual faz parte o leitor. Essa formação define, assim, o processo de produção de sentido de determinado texto a partir da conexão da língua e da história com um sujeito colocado em função de uma ideologia⁹. Nas palavras de Orlandi, “na produção da linguagem, o que temos não é a transmissão de informação mas efeitos de sentido entre locutores”¹⁰. O processo que produzirá o sentido da leitura de um indivíduo acontece com a confrontação do texto com toda a matriz (de sentido) ideológica de sua posição sujeito¹¹.

Por isso, quando se transpõe uma leitura para uma diferente formação discursiva ela, necessariamente, produzirá um sentido diferente, já que é transposta, também, para uma matriz de sentido diferente¹². Esse sentido diferente quando se confronta com o sentido oficial e institucional, produz exclusão.

Nesse direção, Foucault fala em “vontade de verdade” como um sistema de exclusão que se apoia sobre um suporte institucional, como o religioso¹³. Desse modo, é preciso considerar, com Foucault, “a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade”¹⁴. Assim, quem se põe em choque com a dimensão discursiva vai ser excluído e segregado como um herege, uma vez que fala ou formula enunciados inassimiláveis aos padrões do discurso enquanto vontade da verdade. O herege, que desafia o discurso oficial, deverá ter sua fala interdita e será excluído do seu grupo social.

⁷ FIORIN, 2001, p. 43.

⁸ ORLANDI, 1988, p. 69.

⁹ FERREIRA, M. C. L. “Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação”. In: ORLANDI, E. P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas/SP: Pontes, 1998, p. 203.

¹⁰ ORLANDI, 1988, p. 60.

¹¹ INDURSKY, 1998, p. 190.

¹² INDURSKY, 1998, p. 191.

¹³ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008, p. 17.

¹⁴ FOUCAULT, 2008, p. 20.

Por outro lado, do ponto de vista institucional é desejável o assujeitamento do indivíduo em relação aos textos que se dá de maneira interessante: o sujeito é livre para determinar o(s) sentido(s) do texto na sua leitura. Mas estes sentidos autorizados são poucos; alguns e não outros. Além disso, se mantém a exigência de não-contradição em relação ao discurso oficial, um verdadeiro assujeitamento do saber¹⁵.

Tomamos a Igreja como uma organização ideológico-institucional importante. Em momentos históricos relevantes, assumindo a formação discursiva da Ideologia dominante (ou mesmo sendo essa Ideologia), a Igreja promoveu o fechamento e o encurtamento de sentidos possíveis de leitura.

A incursão por rotas de leituras polissêmicas, com sentidos construídos a partir de livres interpretações, está permanentemente bloqueada em nível institucional, eclesiástico. Qualquer tentativa de iniciativa nessa direção, qualquer ultrapassagem da leitura parafrástica, especialmente dos textos fundamentais religiosos, será logo classificada como pecado, rebeldia, blasfêmia – heresia. Logo, o sujeito que busca se transportar para uma outra posição-sujeito, relacionada à matriz de sentido de uma outra formação discursiva possível, será posto pela instituição, na condição de subversivo, herege, que precisa ser punido – ou, no mínimo, desacreditado.

Neste artigo, é nosso objetivo perceber como se posiciona o discurso religioso diante da produção de texto e, dessa maneira, procurar entender como se dá a leitura de tais textos por parte da classe dominante (religiosa) e por sujeitos posicionados nessa determinada formação discursiva. Em outras palavras, pretendemos descobrir o processo de classificação de determinados textos como subversivos/heréticos por parte do campo religioso. Para tanto, consideramos necessária a apresentação das noções de polissemia e paráfrase.

2. Polissemia e paráfrase

Todo discurso, segundo Orlandi é produzido pela articulação de dois processos que fundamentam a linguagem: a paráfrase e a polissemia¹⁶.

¹⁵ ORLANDI, E.P. *Discurso e leitura*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 49.

¹⁶ ORLANDI, 2001, p. 20

Nesta seção será nosso objetivo definirmos, de acordo com Orlandi, esses dois processos, a fim de que possamos compreender como eles se conectam na formação do discurso¹⁷.

Enquanto a paráfrase se relaciona com o que Orlandi chama de produtividade, a polissemia é um fenômeno relacionado com a criatividade¹⁸. Na paráfrase, toda criação é a reiteração de processamentos e sentidos institucionalizados. É a matriz de sentido da linguagem, diz Orlandi, “que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas”¹⁹.

Assim, toda criação do sujeito, no processo parafrástico, reduz-se ao mesmo espaço do dizível²⁰. Sob formas textuais diferentes, as mesmas coisas são ditas e lidas. Ricoeur diz que um discurso, enquanto evento, pode “identificar-se e reidentificar-se como o mesmo, de maneira que o possamos dizer novamente ou por outras palavras”, preservando ainda o seu conteúdo proposicional, “o ‘dito enquanto tal’”²¹.

Orlandi chama esse fenômeno de “produtividade” em oposição à “criatividade” polissêmica. Textos podem ser produzidos, inclusive em quantidades, mas nenhum novo sentido é trazido à luz nesse processo. O sentido, “dado”, necessita apenas ser “reconhecido”. Dessa forma, também, não é possível qualquer livre interpretação dentro do campo da paráfrase. Na leitura, limitados sentidos são considerados legítimos. O sujeito está “livre” para atribuir qualquer sentido dentre esses, que são autorizados²².

Por sua vez, a polissemia é o campo do novo na linguagem. Enquanto na paráfrase o sentido é o já “dado”, na polissemia ele é “novo”. Esse novo é criativo, deslocando o sentido do legitimado, sedimentado e institucionalizado, para sentidos que, “atribuídos”, buscam se afirmar²³.

O processo polissêmico, diz Orlandi, é a fonte do sentido da linguagem, “responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos

¹⁷ ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 1996; ORLANDI, 2001.

¹⁸ ORLANDI, 1996, p. 137.

¹⁹ ORLANDI, 2001, p. 20

²⁰ ORLANDI, 1996, p. 137.

²¹ RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999, p. 21.

²² ORLANDI, 2001, p. 49.

²³ ORLANDI, 2001, p. 20.

diferentes, múltiplos”²⁴. Tomando por empréstimo o pensamento de Eco sobre a “obra aberta”, sentidos diversos podem ser tomados e sobre cada um desses diversos sentidos, infinitos pontos de vista. Qualquer síntese desse processo é impossível. Dessa maneira, a absolutização de um sentido na poética é considerada ilegítima. Para ele, tal tendência ao ambíguo (o que chamaríamos polissêmico) reflete a crise contemporânea. As monossemias em todas as áreas estão em questão²⁵. Desse modo, a afirmação da “obra aberta” no contexto de formações discursivas que busquem a monossemia e a paráfrase serve para a corrosão dessas bases estruturais de poder.

Portanto, a visão do texto como “obra aberta” (polissêmico) é incongruente com o discurso religioso. Tal visão precisa ser vetada institucional e discursivamente. Todo o sentido somente poderá ser extraído a partir da autoridade da Igreja, em sua teologia e tradição. Ou seja, seu discurso e ideologia dirão que sentido se afirma como legítimo e literal.

O surgimento da literalidade do sentido é, portanto, um processo histórico. O sentido literal não passa de um efeito discursivo, produto da sedimentação de um sentido condizente com a formação discursiva dominante na história, diz Orlandi²⁶. E ainda mais, segundo Orlandi, a

sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado se fixa então como centro: o sentido oficial, literal²⁷.

Esse processo é especialmente nítido no discurso religioso. No caso da interpretação de textos bíblicos, por parte do protestantismo e do catolicismo, o sentido literal, definido pela dogmática, afirmações de fé e tradição eclesial, ou seja, institucionalizado através da história, é de valor inquestionável. Esse valor é atribuído também aos chamados credos ecumênicos, primeiros escritos teológicos (dogmáticos) da história da igreja cristã. Dentre os itens de “valor inquestionável” está a compreensão acerca do inferno.

²⁴ ORLANDI, 2001, p. 20.

²⁵ ECO, U. *Obra aberta*. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 60.

²⁶ ORLANDI, 1996, p. 144.

²⁷ ORLANDI, 2001, p. 21.

A tipologia discursiva que a autora desenvolve baseia-se nas relações entre paráfrase e polissemia nas dadas formações discursivas, manifestadas nos textos analisados. Além disso, a reversibilidade é a condição básica do discurso²⁸. Para ela, a reversibilidade é “a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui”²⁹. A reversibilidade sobrevive em qualquer formação discursiva, ainda que na forma de ilusão³⁰.

A tipologia de Orlandi classifica os discursos em três: o lúdico, o polêmico e o autoritário. Essa classificação leva em conta que a relação entre polissemia e grau de reversibilidade do discurso é diretamente proporcional: quanto maior o teor de reversibilidade, mais aberta é a polissemia.

Dessa maneira, o discurso lúdico tende a uma polissemia aberta, resultante de um grau de reversibilidade total entre os interlocutores. O discurso lúdico contrasta com a prática social de uso da linguagem para fins práticos, imediatos. Nesse sentido, sem espaço na nossa sociedade, o “lúdico é o que ‘vaza’, é ruptura”. Seu exagero é o *non sense*³¹.

Já o discurso polêmico apresenta equilíbrio entre polissemia e paráfrase (polissemia controlada) e a reversibilidade acontece sob certas condições. Apresenta-se de forma ideal nas condições dialógicas dialéticas, em que os sentidos do discurso vão sendo construídos plenamente pelos interlocutores. O seu exagero é a injúria.

Por fim, o discurso autoritário tende à paráfrase. A reversibilidade é quase nula, havendo um agente único do discurso. Com a polissemia contida, procura-se impor um sentido absoluto (monossemia). A ordem no sentido militar, representando o assujeitamento ao comando, é o seu exagero.

Orlandi lembra que esses tipos não se definem por sua essência, mas como tendência³². Não há um discurso puro, diz a autora, o “que há são misturas, articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário (para a paráfrase) etc”³³.

²⁸ ORLANDI, 1996, p. 239.

²⁹ ORLANDI, 1996, p. 239.

³⁰ ORLANDI, 1996, p. 240.

³¹ ORLANDI, 1996, p. 154-155.

³² ORLANDI, 1996, p. 155.

³³ ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes: 1999, p.87.

Dentre as formas do discurso autoritário emerge o discurso religioso. Segundo Orlandi, não existe uma marca exclusiva do discurso religioso: as antíteses e o uso do imperativo, presentes nesse discurso, aparecem também em outros tipos de discurso³⁴. No entanto, há certas marcas linguísticas que ajudam a definir esse tipo de discurso. Do ponto de vista gramatical, a presença de figuras como a negação, a perífrase e o imperativo. São marcas textuais importantes a antítese, a parábola e a metáfora³⁵.

A ilusão de reversibilidade do discurso religioso se institui “pela profecia, pela visão, pela performatividade das fórmulas religiosas, etc.”³⁶. Esse discurso se caracteriza como aquele em que é Deus quem fala, marcando um desnivelamento essencial: “o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens)”³⁷.

Assim, a interação é assimétrica: o espiritual domina o terreno, Deus domina sobre os homens. A partir dessa relação desigual entre os interlocutores, nasce a necessidade de o homem ser salvo, o que só pode ocorrer por meio da fé³⁸.

Nesse discurso, o representante tem nenhum grau de autonomia: sua voz, de forma simbólica, é como se fosse a voz de Deus. Dessa maneira, o representante de Deus não pode modificar a Sua voz de forma alguma. A relação entre o representante e a voz de Deus é regulada pelo texto sagrado e pela teologia³⁹. Por fim, o Deus que fala através desse agente (o pastor ou teólogo) torna-se uma imagem construída a partir do próprio discurso dominante. Em outras palavras, esse Deus e sua voz são, na verdade, a tradução dos interesses e idéias das classes dominantes no campo religioso. E, quando toda uma estrutura de dominação é erguida por sobre a afirmação de condenação eterna aos infiéis, as classes dominantes vêem ameaçada a manutenção de sua estrutura de poder e controle por uma mensagem que use a linguagem sagrada para negar o inferno no âmbito da instituição religiosa cristã.

³⁴ ORLANDI, 1996, p. 235.

³⁵ ORLANDI, 2001, p. 25.

³⁶ ORLANDI, 1996, p. 236.

³⁷ ORLANDI, 1996, p. 243.

³⁸ ORLANDI, 1996, p. 243.

³⁹ ORLANDI, 1996, p. 244-245.

Assim, o questionamento de tal discurso religioso transmuta-se em plena insubmissão a Deus. Toda ultrapassagem desse discurso não passaria, então, de pecado, blasfêmia e heresia. A posição e os interesses dessa formação discursiva se tornam intocáveis.

Na Igreja cristã, a definição de sentidos legítimos de leitura está a cargo do teólogo⁴⁰. O lugar de onde ele fala constitui o que ele diz. Dessa maneira, suas palavras têm autoridade sobre a comunidade religiosa de fiéis⁴¹. Existe sempre a possibilidade de interpretações e leituras diferentes das oficiais, além dos limites tais transgressões são consideradas ilegítimas, instituindo heresias, novas seitas, desvios da fé⁴². Assim, nascem os hereges e subversivos eclesiásticos – como é o caso de Rob Bell, segundo procuramos demonstrar no corpus de nossa análise. Propostas de leituras independentes da institucionalidade, obviamente, no ambiente religioso são perigosos⁴³. Para a instituição, especialmente as igrejas, tais leitores não podem ser entendidos de nenhuma outra forma diferente de subversivos⁴⁴.

Além disso, como diz Foucault, discurso é poder⁴⁵. Foucault lembra que o poder “se exerce e só existe em ato”, através de uma relação de força. Para ele, “o poder é essencialmente o que reprime”⁴⁶. Segundo ele, ainda, a ordem do discurso existe, entre outras coisas, para definir os limites do conhecimento e as interdições de linguagem no âmbito das disciplinas⁴⁷. Desse modo, tal discurso, no poder que lhe é inerente, define o verdadeiro e o falso e repele, para além de suas margens, aquelas proposições que, por inadequadas ao seu horizonte teórico e formação discursiva, são consideradas dissociadas da lógica ou da ciência, ou da teologia, enfim, sob o ponto de vista de sua ideologia.

Entendidos na perspectiva foucaultiana como um princípio de controle de produção do discurso, os discursos autoritários, como os religiosos,

⁴⁰ ORLANDI, 2001, p. 87.

⁴¹ ORLANDI, 1999, p. 39.

⁴² ORLANDI, 1996, p. 245.

⁴³ MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 69.

⁴⁴ MANGUEL, 1997, p. 35.

⁴⁵ FOUCAULT, 2008.

⁴⁶ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Pontes, 1999, p. 21.

⁴⁷ FOUCAULT, 2008.

promovem a exclusão de seus “hereges”, ou seja, repelem toda produção que não se adéque a seus pressupostos ou que não esteja dentro dos limites de seus métodos, sistemas ou horizontes teóricos⁴⁸. Lembram Coelho & Lemos que o “que foge ao poder e ao discurso é excluído em prol da manutenção do poder”⁴⁹. Quem se opõe à dimensão discursiva vai ser excluído uma vez que fala ou formula enunciados inassimiláveis aos padrões do discurso enquanto vontade da verdade. O herege, que desafia o discurso oficial, deverá ter sua fala interdita e será excluído do seu grupo social.

O limite e a coerção são oferecidos pela estrutura de poder da instituição religiosa que se põe como sociedade do discurso. Do século XIX em diante, são as coerções disciplinares garantem a coesão do corpo social⁵⁰. No ambiente eclesiástico, a coesão também precisa ser mantida pelo poder disciplinar. No entanto, o

discurso da disciplina é alheio ao da lei; é alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma⁵¹.

Diante disso, seria inevitável uma reação em busca de coerção contra Rob Bell e seus livros pela instituição religiosa.

3. Rob Bell: uma polêmica em busca de análise

A partir das considerações anteriores, procuramos agora analisar um exemplo recente de como funcionam os mecanismos que expomos até aqui, no contexto do protestantismo brasileiro. Quando Rob Bell faz sucesso questionando a visão tradicional do inferno entre os cristãos na

⁴⁸ FOUCAULT, 2008, p. 36.

⁴⁹ COELHO, M. das G. P.; LEMOS, D. D.. *Rolezinhos: midiatização e discursos postos em circulação sobre o #ProtestodosPintas em Natal (RN)*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2478-1.pdf>. Acessado em 19 jan. 2015, p. 7.

⁵⁰ FOUCAULT, 1999, p. 40.

⁵¹ FOUCAULT, 1999, p. 45.

obra “O amor vence”, a reação do mundo religioso conservador e organizado é acusá-lo de heresia e procurar desacreditá-lo. Ele se coloca fora do considerado verdadeiro e, logo, é rotulado como herege, porque colocar em dúvida o inferno é fazer as pessoas não acreditarem nele, o que ameaça o negócio dessas igrejas. Por isso mesmo, não parece equivocada a percepção de que a mensagem central da institucionalidade cristã e sua própria existência se centram fortemente no medo do inferno impingido aos fiéis. Logo, questionar sua existência ataca frontalmente a formação discursiva que mantém as relações de poder na igreja cristã.

Quem, dessa maneira, vai de encontro ao discurso oficial põe-se em situação difícil diante da instituição. Assim, ele passa a uma posição polêmica entre dois processos discursivos, sendo um deles institucional e dominante. O sujeito, então, é um rebelde que precisa ser silenciado.

Segundo Orlandi, silenciamento” é a prática de processos de significação pelos quais ao dizer algo apagamos outros sentidos possíveis mas indesejáveis em uma situação discursiva dada”⁵². A denominação como herético é uma ação de silenciamento, definindo o sujeito e o texto como à parte da religião. Exclui e silencia⁵³.

Rob Bell fundou a igreja Mars Hill Bible Church na cidade de Grand Rapids, no estado norte-americano de Michigan. Aos 44 anos, tornou-se conhecido mundo afora, inclusive no Brasil, por meio de uma série de 24 vídeos chamada “Nooma”, na qual pregava mensagens religiosas por meio de uma produção e roteiros requintados.

Rob Bell foi denominado herege e, com isso, passou a ser desacreditado no ambiente religioso evangélico brasileiro após o lançamento de seu livro “O amor vence” no Brasil⁵⁴. Nossa análise compara a entrevista concedida por Bell à revista *Veja* quando do lançamento de quatro textos publicados em blogs evangélicos, mantidos por teólogos protestantes.

O tema em disputa era a afirmação de que Bell seria adepto da teologia universalista⁵⁵. Sobre isso, temos a primeira pergunta feita pela revista,

⁵² ORLANDI, E.P. “Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia)”. In: GUIMARÃES, E. (org) *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 40.

⁵³ ORLANDI, 1989, p. 40.

⁵⁴ BELL, 2012.

⁵⁵ Segundo Lidório, o “universalismo é a crença de que todos serão salvos e o inferno não existe” (LIDÓRIO, R. *Os perigos do universalismo*. Disponível em: <http://www>.

ao que Bell responde: “Acredito em céu e inferno como dimensões da nossa existência aqui e agora. E acredito que céu e inferno são realidades que se estendem para a dimensão para a qual vamos ao morrer”⁵⁶. Tal enunciado questiona as noções de inferno e céu que são defendidas pela ortodoxia cristã, mas sem negar a sua existência. Bell compreende os conceitos em uma dimensão existencial. A questão faz dele universalista? Essa pergunta é feita pela revista, ao que Bell responde:

Não sei se isso vai acontecer, também não sei o que acontece quando morremos, mas acho que essa é a melhor história possível. Portanto, por que não torcer por ela? Para mim, é incompreensível um cristão que não considera a salvação universal como a melhor saída, a melhor história. Para mim, acreditar nisso é um dever de qualquer pessoa boa, decente, com coração no peito⁵⁷.

Bell evita uma resposta direta, mas diz torcer para que o futuro seja universalista por ser “essa é a melhor história possível”. De todo modo, lembra Bell ao falar da dimensão existencial do inferno, que precisamos “entender que temos verdadeiros infernos na terra neste exato momento”⁵⁸.

MacArthur ataca-o justamente neste ponto:

o inferno sobre o qual Jesus falou não era meramente alguma ordem terrena, algum estado da mente, ou uma prisão ou purgatório temporário. Jesus descreveu o inferno como um “lugar de tormento” no após vida (Lc 16.28) – lugar onde “o fogo nunca se apaga” (Mc 9.43), “onde seu verme não morre e o fogo não se apaga” (v. 48). É um lugar onde há “pranto e ranger de dentes” (Mt 25.30) – lugar de “tormento eterno” (v. 46)⁵⁹.

cristianismohoje.com.br/artigos/especial/doutrina-que-garante-a-salvacao-de-todos-ganha-adeptos-mas-contraria-frontalmente-as-escrituras, acessado em 23 jan. 2015).

⁵⁶ Quem falou em céu e inferno? Veja, p. 19-23, 28 nov 2012. Entrevista concedida a André Petry. Disponível em: http://www.esextante.com.br/site/newsletter/2012/2012_11_26A-mor/AmorVence_Veja.pdf. Acessado em 23 janeiro de 2015, p. 21.

⁵⁷ BELL, 2015, p. 22.

⁵⁸ BELL, 2015, p. 22.

⁵⁹ MACARTHUR, J. *Sobre a épica heresia de Rob Bell*. Disponível em: <http://mensagemreformada.blogspot.com.br/2012/10/sobre-epica-heresia-de-rob-bell-john.html>. Acessado em 23 jan. 2015.

Se Bell afirma o céu e o inferno como dimensões existenciais, MacArthur reage afirmando que quando Jesus falou do inferno não se tratava de “alguma ordem terrena, algum estado da mente”. Por isso mesmo, segundo MacArthur, Bell é um herege que não levanta apenas contra o ensino de Jesus sobre o inferno, mas “rejeita o Deus das Escrituras”⁶⁰. E como o herege também precisa ser identificado com o subversivo, diz MacArthur que, tal qual a serpente no Jardim do Éden (Genesis 3), “Bell está sutil, mas inegavelmente fomentando rebelião contra o Deus verdadeiro”. Desse modo, qualificado como herege e rebelde, Bell precisa ser silenciado, de preferência fazendo com que fiéis rejeitem seus textos sem mesmo lê-los.

Vegan diz algo semelhante afirmando que Bell “traz uma nova defesa de uma velha heresia conhecida como ‘universalismo’, já refutada pesadamente pelo cristianismo histórico”⁶¹. Além disso, Vegan, no título do seu texto, atribui a Bell um enunciado que não afirmou (“Rob Bell sobre Jesus: Mau, indecente e sem coração”) numa tentativa de desacreditá-lo junto aos cristãos, que se afirmam como seguidores de Jesus.

Ferreira também procura qualificar Bell: “Rob Bell está definitivamente enterrado em apostasia e heresias falaciosas”⁶². Além disso, segundo Ferreira, Bell

se enterra no universalismo ao negar a condenação eterna, apesar de acreditar em céu e inferno. Ele quer ser um descolado representante da *intelligentsia* evangélica e atrair através de ensinamentos hereges multidões famintas por uma salvação simplista, sem esforço ou procura, mas ao invés disso, foi engodado por sua própria concupiscência e está confundido entre o amor de Deus e a salvação universal⁶³.

⁶⁰ MACARTHUR, 2015.

⁶¹ VEGAN, L.. *Rob Bell sobre Jesus: Mau, indecente e sem coração*. Disponível em: <http://luisvegan.wordpress.com/2012/11/28/rob-bell-sobre-jesus-mau-indecete-e-sem-coracao>. Acessado em 23 jan. 2015.

⁶² FERREIRA, A.. *Rob Bell faça sua escolha: Céu ou inferno?* Disponível em: <http://artigos.gospelprime.com.br/rob-bell-faca-sua-escolha-ceu-ou-inferno/>. Acessado em 23 jan. 2015.

⁶³ FERREIRA, 2015.

Por fim, Ribeiro, que cita em seu post sua “visão doutrinária reformada das Sagradas Escrituras”, afirma que não gosta mais de Rob Bell⁶⁴. Ao falar em “visão doutrinária”, Ribeiro esclarece seu lugar de fala em uma posição dogmática e ortodoxa, reconhecida no ramo das igrejas evangélicas que surgiu diretamente na Reforma Protestante, especialmente calvinista (“reformada”).

Vale dizer que a teologia de Bell confronta a “visão doutrinária reformada”, que afirma que o destino dos humanos no céu ou no inferno é resultado de predestinação por Deus, baseada em sua soberania no universo. Desse modo, ao se posicionar com relação ao seu lugar de fala, Ribeiro já prenuncia sua oposição às ideias expressas por Bell. Assim, Ribeiro diz que não consegue mais ouvir Bell “sem lembrar dos seus heréticos pressupostos teológicos”. “O fato”, complementa Ribeiro, “é que os pressupostos de Rob Bell são tão perigosos que mesmo aquelas coisas aparentemente inofensivas que ele fala são perigosíssimas”⁶⁵. Ou seja, não vale a pena ouvir sequer as coisas que Bell já disse e Ribeiro julga verdadeiras.

Para Bell parece claro que está em questão o “centro da mensagem cristã”: de um lado, conservadores fazem a defesa de que a doutrina acerca do céu e do inferno são fundamentais, enquanto Bell afirma que, no centro, “temos o amor de Deus por nós”⁶⁶. Traduzindo a questão em termos religiosos, Bell reconhece que o conflito ideológico tem carga política, de disputa de poder, um desafio às formações ideológicas das organizações religiosas – autoritárias em seu discurso, em que não cabem tais questionamentos e conflitos. Por isso mesmo, Bell precisa ser declarado herege e excluído do grupo que se identifica dessa forma.

Considerações finais

Quando Rob Bell decide expor ideias sobre o inferno que não se qualificam como legítimas ou literais, por consequência, a religião deve

⁶⁴ RIBEIRO, R. *Rob Bell: Gostava... mas não gosto mais!* Disponível em: <http://renatoroliveira.wordpress.com/2010/12/14/gostava-mas-nao-gosto-mais/>, acessado em 23 jan 2015.

⁶⁵ RIBEIRO, 2015.

⁶⁶ BELL, 2015, p. 22.

lhe identificar como herege e desqualificá-lo junto ao seu potencial público leitor. O discurso tem sido entendido como o campo linguístico de luta que também tem se instrumentalizado na instituição religiosa. A qualificação como herege não se dá num âmbito do teológico ou religioso (no sentido de espiritual), mas sim é um enunciado político, da ordem do poder. O herege ameaça o poder da hierarquia ortodoxa. Nosso objetivo neste trabalho foi mostrar esse processo no âmbito do discurso protestante brasileiro. Dessa maneira, buscamos entender os mecanismos de exclusão embutidos na classificação como hereges. Buscamos, também, compreender como funcionam esses mecanismos, através da análise de um caso concreto e atual.

Referências

- BELL, R. *O amor vence*. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.
- BELL, R. Quem falou em céu e inferno? *Veja*, p. 19-23, 28 nov. 2012. Entrevista concedida a André Petry. Disponível em: http://www.esextante.com.br/site/newsletter/2012/2012_11_26Amor/AmorVenceVeja.pdf. Acessado em 23 jan. 2015.
- COELHO, M. das G. P.; LEMOS, D. D. *Rolezinhos*: midiatização e discursos postos em circulação sobre o #ProtestodosPintas em Natal (RN). Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2478-1.pdf>. Acessado em 19 jan. 2015.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- FERREIRA, A. *Rob Bell faça sua escolha: Céu ou inferno?* Disponível em: <http://artigos.gospelprime.com.br/rob-bell-faca-sua-escolha-ceu-ou-inferno/>, acessado em 23 jan 2015.
- FERREIRA, M. C. L. “Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação”. In: ORLANDI, E. P. (Org). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2001.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Pontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

- INDURSKY, F. “A prática discursiva da leitura” in ORLANDI, E. P.(org). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- LIDÓRIO, R. *Os perigos do universalismo*. Disponível em: <http://www.cristianismohoje.com.br/artigos/especial/doutrina-que-garante-a-salvacao-de-todos-ganha-adeptos-mas-contraria-frontalmente-as-escrituras>. Acessado em 23 jan. 2015.
- MACARTHUR, J. *Sobre a épica heresia de Rob Bell*. Disponível em: <http://mensagemreformada.blogspot.com.br/2012/10/sobre-epica-heresia-de-rob-bell-john.html>. Acessado em 23 jan. 2015.
- MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes: 1999.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- ORLANDI, E. P. “O inteligível, o interpretável e o compreensível”. In: ZILBERMAN, R.& SILVA, E. T. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.
- ORLANDI, E. P. “Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia)”. In: GUIMARÃES, E. (org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- RIBEIRO, R. *Rob Bell: Gostava... mas não gosto mais!* Disponível em: <http://renatoroliveira.wordpress.com/2010/12/14/gostava-mas-nao-gosto-mais>. Acessado em 23 janeiro de 2015.
- RICOUER, Paulo. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- VEGAN, L. *Rob Bell sobre Jesus: Mau, indecente e sem coração*. Disponível em: <http://luisvegan.wordpress.com/2012/11/28/rob-bell-sobre-jesus-mau-indecete-e-sem-coracao/>. Acessado em 23 janeiro de 2015.

Submetido em: 26/09/2015

Aceito em: 10/10/2015